

CIPA E SESMT NA FURB + PINHEIRINHOS: O LUCRO ACIMA DAVIDA+CONSELHOS TUTELARES+ HISTÓRIA DO TEATRO EM BLUMENAU + PASSAGEM AUMENTA SOB PROTESTO + PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO SINSEPES PARA 2012

EXPRESSÃO

Ano 3 Número 26 Março.2012

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

A INCORPORAÇÃO

Por que a proposta da UFSC não condiz com os ideais do movimento FURB Federal página 7



leia também

Uma reflexão sobre a FURB na ÁRVORE DE PROBLEMAS páginas 8 e 9

»»Editorial

Em 2012 iniciamos nossas atividades na FURB, com balanços anuais da gestão, programas de formação para servidores técnicos e professores e mudanças nas pró-reitorias e assessorias. O embrião do Hospital Universitário começou a funcionar em janeiro com um Centro de Diagnósticos para exames laboratoriais e um Hospital Dia para cirurgias de pequeno e médio porte. Todos os atendimentos são exclusivos para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi anunciado também que no segundo semestre desse ano entrará em funcionamento uma unidade de pronto-atendimento, emergência e urgência, o que aumentará as necessidades de recursos e de sua manutenção.

O detalhamento de uma incorporação deve ser feito com muito cuidado. Temos exemplos de processos semelhantes que enfrentam questões burocráticas 17 anos depois de iniciada a incorporação

Sabemos da importância da HU para os cursos de Saúde e de todos os esforços justificados para retirar o nome da FURB do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), diante dos prazos que foram concedidos para regularizar essa situação. Fica a pergunta: onde está o projeto, seu impacto nas finanças e a viabilidade de seu financiamento e de sua manutenção? A gestão de hospitais públicos é bastante complexa e onerosa, pois conhecemos também as dificuldades que outros hospitais universitários enfrentam nesse sentido. Repetiremos os mesmos erros do passado ao conduzir um empreendimento de tal porte em um cenário de incerteza? Aguardamos alguma novidade nesse sentido. A comunidade precisa de respostas para esse plano.

Mas a pauta principal do 1º semestre será mesmo a elaboração de uma contraproposta para o projeto da UFSC que prevê a instalação de sua extensão no campus da FURB. Os dois Grupos de Trabalho (GT) nomeados pela Reitoria e denominados "GT Técnico" e "GT Acadêmico" realizaram sua primeira reunião em fevereiro para traçar uma linha de trabalho para elaboração desse documento. Concluiu-se que a proposta apresentada ao Ministério da Educação (MEC) no final do ano passado deverá sofrer muitas alterações e complementações devido à falta de diversos parâmetros necessários para essa transição, em virtude da realidade distinta do funcionamento operacional das duas instituições. Como o projeto é inédito, será necessário muita criatividade, boa disposição e vontade política para chegarmos a um resultado viável. O SINSEPEs e o Comitê FURB Federal acreditam que isso possa ser feito com muito diálogo e análise, mas sentimos a grande necessidade de uma assessoria e de um estudo jurídico que possa apoiar qualquer nova proposta, que deve ser boa para ambos os lados. O detalhamento de

uma incorporação deve ser feito com muito cuidado, pois temos exemplos de processos semelhantes, como foi o caso da Faculdade de Ciências em Bauri (SP), incorporada pela UNESP, e que enfrenta questões burocráticas até hoje, 17 anos depois de iniciada a incorporação – principalmente nas áreas técnica e jurídica, por não ter ocorrido uma transição adequada.

E no cenário da Educação, como estamos? A expansão do ensino superior público deve caminhar lentamente, mas pelo menos temos uma direção. A oferta de cursos gratuitos profissionalizantes, técnicos e de educação básica em Blumenau encontrou um total de 4.253 vagas abertas nesse início de ano e começaremos agora também no ensino superior. Enquanto isso, o ensino superior privado, que virou um grande negócio, avança rapidamente, dominado cada vez mais por grandes grupos que abriam seu capital, como a Anhanguera, com 347 mil alunos, Kroton (264 mil alunos) e Estácio de Sá (248 mil alunos). As três, juntas, detinham em 2010 cerca de 18% do mercado de ensino superior privado. A Anhanguera adquiriu, só em 2011, 37 instituições de ensino, investindo R\$ 1,2 bilhão com as aquisições. E há planos de adquirir mais 12 instituições este ano. Já a Kroton S.A. comprou em dezembro passado a UNOPAR (com sede em Londrina, no Paraná, no maior negócio já realizado no Brasil no segmento educacional), pagando um valor recorde de R\$ 1,3 bilhão por uma carteira de 145 mil alunos conquistados na expansão do ensino à distância. Como Londrina possui apenas 500 mil habitantes, a UNOPAR, que tinha apenas 1,8 mil alunos em 2003, expandiu-se pelo Brasil afora, chegando em 2011 com esse número.

Mas o que mudou? O MEC passou a regular

a expansão do ensino à distância passando a controlar os "pólos", exigir indicadores de qualidade e a instalação de bibliotecas locais. Como as instituições pioneiras nesse processo estão tendo dificuldades para continuar essa expansão, estão vendendo suas instituições para as S.As do ensino superior, com muito mais capital de investimento disponível. Estão à venda em 2012, segundo informação da *Revista Exame* (25/01/2012); a UNINOVE, com 111 mil alunos, a Universidade Cruzeiro do Sul, com 38 mil alunos, bem como também a UNICID, Faculdade Maurício de Nassau e a Universidade São Judas Tadeu. Essa disputa de gigantes tenta abocanhar um estudante sem acesso ao ensino superior gratuito, mas que pertence às classes C e D, oferecendo cursos em grande escala e de baixo custo.

É certo que pelo menos por enquanto isso não será uma total ameaça para as universidades de elite, como a PUC, IMEG, FGV, FACAMP, que tem o seu nicho estabelecido. Até o MIT (Massachusetts Institute of Technology), uma instituição de ensino reconhecida internacionalmente, lançou em fevereiro um curso de atualização para estudantes de qualquer parte do mundo, totalmente "automatizado" (sic), gratuito e com diplomação.

Onde a FURB está nesse cenário? Qual estratégia tomar? A UNIDAVI desistiu de manter o status de universidade. A UNERJ foi vendida para a Católica de Santa Catarina. A UNIASSSELVI tem sido sondada por compradores. A UFSC, em sua extensão em Joinville, deixou de alugar espaços na UNIVILLE e já mudou de endereço esse ano. Tudo isso indica que a dinâmica do ensino superior, tanto público quanto privado, em nada se parecerá ao que conhecemos no passado.

CHARGE

HIERARQUIA SE VÊ NOS OLHOS...



DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC); **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS); **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB); **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF); **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central); **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC); **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ); **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Neveni Goretti Damo (CCS); **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN),

Suplentes: Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA), Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Leo Laps (01989)JP-DRT/SC). **Projeto gráfico, diagramação e edição:** Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2012 DO SINSEPEs

Em fevereiro, os servidores da FURB debateram e aprovaram em duas assembleias gerais extraordinárias as reivindicações da categoria para este ano. Leia aqui o documento gerado nesses encontros

I - CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1.1 Reposição das perdas salariais acumuladas, calculadas com base na média dos índices (IPC, FIPE, IGPM-FGV, ICV-DIEESE, INPC e IPCA-IBGE, IVGP-FURB) no período de março/2011 a fevereiro/2012, incidindo sobre os salários de dezembro de 2011 no percentual de 5,84%, com índices de fevereiro/2012 a atualizar após divulgação oficial dos órgãos apuradores.

1.2 Reposição de 10,34%, que deveriam ter sido pagos, referente a perdas remanescentes de períodos anteriores.

1.3 Antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário para o mês de agosto/2012.

1.4 Incluir nas diretrizes orçamentárias, política salarial que contemple a reposição integral das perdas, sem parcelamento.

1.5 Alteração referente ao pagamento de serviços extraordinários, mediante regulamentação de acordo com o artigo da LC 746 e de acordo com o Decreto 8612/2008, incluindo os contratos celetistas e administrativos.

1.6 Encaminhar imediatamente ao Conselho Universitário, proposta de regulamento dos direitos garantidos pela LC 746 que dependem de regulamentação interna, em especial no que trata:

1.6.1 (Art 29) Regulamentação referente à conversão de férias em abono pecuniário.

1.7 Aplicar e cumprir a LC 681, que regulamenta o serviço de plantão e regime de sobreaviso.

1.8 Implementar política de redução da jornada de trabalho dos servidores para 36 horas semanais.

2.2 Organizar o regime de trabalho dos servidores de forma que possibilite sua otimização, com o cumprimento de toda jornada em, no máximo, cinco dias da semana.

2.3 Suspender qualquer nova terceirização na FURB de funções que podem ser mantidas/criadas como cargos no plano de carrei-

III - CLÁUSULAS ACADÊMICAS

2.4 Ampliar concessão do benefício de abatimento de mensalidade incluindo:

2.4.1 Concessão aos servidores aposentados e seus dependentes nos cursos oferecidos pela Universidade.

2.4.2 Inclusão dos cursos oferecidos pelas conveniadas e seqüenciais na política de benefícios.

2.4.3 Revogação do teto de desconto das mensalidades dos cursos de graduação.

2.5 Revisão e alteração das Resoluções 30/97 e 17/2008, simplificando critérios e trâmites burocráticos para afastamento de servidores técnico administrativos para cursos de pós-graduação, seguindo proposta a ser apresentada pelo SINSEPEs.

2.6 Corrigir as condições de trabalho inadequadas, perigosas e insalubres nos diversos campus da FURB incluindo áreas de convivência.

2.7 Criar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e SESMT (Serviço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho) na FURB.

2.8 Criação de uma política alimentar da Universidade que vise a ampliação da qualidade, oferta adequada dos alimentos comercializados na FURB, diminuição dos preços, maior conforto aos clientes, condições higiênicas do ambiente e quebra do monopólio de exploração das cantinas.

2.9 Reestruturação da Divisão de Gestão de Pessoas, compreendendo:

- Ampliação da equipe técnica funcional (ex.: contratação de psicólogo(s));
- Qualificação e desenvolvimento continuado de pessoas, incluindo os terceirizados, com a participação do SINSEPEs para definir os cursos de qualificação;
- Programa de qualidade de vida no trabalho;
- Bolsa de oportunidades;
- Cumprimento das normas e procedimentos internos e externos.

2.10 Incluir representação do SINSEPEs nas negociações referentes aos convênios sociais.

IV - CLÁUSULAS SINDICAIS

3.1 Efetivar política de pesquisa e extensão que garanta a alocação efetiva das horas de pesquisa e extensão para todos os docentes da instituição.

3.2 Preservar as instâncias colegiadas de tomada de decisões.

3.3 Redução do mínimo de 16 (desesseis) para 12 (doze) horas-aula no ensino de graduação, para professores vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, visando atender as exigências dos Comitês de Área da CAPES, a criação de novos doutoramentos e o aumento da produção científica dos docentes.

3.4 Ajustar a transição administrativa dos cargos eletivos ao período de definição da carga horária semestral.

3.5 Revisar as regras de disponibilidade de carga horária de docentes para confecção de horários.

3.6 Reavaliar as vagas para enquadramento de docentes no regime de Tempo Integral.

3.7 Considerar na planilha de horário todas as atividades não contempladas formalmente, tais como: preparação das aulas, correção de trabalhos e reuniões.

3.8 Discutir a caracterização das horas de trabalho em pesquisa e extensão ditas como 'horas não classificadas' como horas de pesquisa e extensão.

4.1 Esclarecimento detalhado e permanente à comunidade universitária sobre os encaminhamentos relativos ao cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados pela FURB com o Ministério Público de Santa Catarina, e seus efeitos correlatos.

4.2 Regulamentação de 36 horas/ano para cada servidor para participação em eventos promovidos pelo SINSEPEs.

4.3 Assegurar a manutenção do Processo de Negociação Coletiva Permanente e Contratação Coletiva das Cláusulas pactuadas entre o Sindicato e a Administração da FURB.

4.4 Garantir a manutenção dos acordos sindicais nas Resolu-

ções desta Instituição, só podendo haver rompimento mediante novo acordo.

4.5 Garantir a regularização do vínculo empregatício dos servidores técnico-administrativos e professores contratados com vínculo consolidacional por contrato de prazo indeterminado.

4.6 Calendarização de reuniões periódicas mensais entre Reitoria e SINSEPEs para acompanhamento das reivindicações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

4.7 Criação de uma Estatuinte, democrática e participativa, para revisão e proposição de alterações da legislação que regula os direitos dos servidores da FURB.

4.8 Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.7 e com participação do SINSEPEs, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 746, em especial no que trata:

4.8.1 (Art 16) Ampliar concessão de auxílio creche também para os pais.

4.8.2 (Art 17) Equiparar os valores do benefício ao do Auxílio Creche, além de prever possibilidades de redução de carga horária e licença. Extensão do benefício para aplicação no caso de quaisquer dependentes, não restrito apenas aos filhos.

4.8.3 (Arts 38 a 42) Modificar critérios de gozo e contagem de tempo para fins de Licença Prêmio por Assiduidade.

4.8.4 (Art 60, inciso V) exclusão do Art 84 estendendo aos servidores da FURB o Auxílio Alimentação conforme regulamentação municipal.

4.9 Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.7 e com participação do SINSEPEs, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 745, em especial no que trata:

4.9.1 Art 41 Alterar possibilitando que os professores enquadrados no regime TI 32 sejam enquadrados à modalidade que melhor se ajustar, conforme Art 20.

4.10 Alterar a Res. 37/2010, embasando seu conteúdo na regulamentação federal, tendo como referência os critérios da CAPES, tanto na modalidade de graduação quanto *stricto sensu*.

Dezessete anos depois, Furb volta a ter Cipa

Outra demanda antiga dos servidores, unidade de engenharia e medicina do trabalho também deve ser implantada

Presente há anos entre as reivindicações do SINSEPE, a constituição de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) e de uma unidade de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) na FURB deve ocorrer ainda este ano: o projeto de implantação do SESMT foi aprovada pelo Conselho Universitário no final de fevereiro. As duas estruturas operam em conjunto: enquanto a CIPA é formada por um grupo de trabalhadores – parte eleita pela categoria e parte designada pela reitoria – cuja função é averiguar, fiscalizar e cobrar ações para diminuir o risco de acidentes e doenças no ambiente de trabalho, o SESMT é formado por profissionais contratados para executar ações preventivas, registrar ocorrências e colaborar, com seus conhecimentos específicos, na instalação de novos espaços.

Em 1995, a FURB obteve uma conquista: deixou de ser uma instituição de direito privado para voltar a ser, como em sua origem, uma instituição pública de direito público (onde o interesse da sociedade, da comunidade, deve estar acima de interesses individuais). Mas a partir dessa mudança de regime, a universidade optou por dissolver a CIPA, formada em 1991 com o apoio de estagiários do Curso de Serviço Social. Na época, havia o entendimento de que a comissão não era exigida às instituições públicas, e a ação dos fiscais do Ministério do Trabalho estava voltada para o setor privado. Tanto que parte das instituições privadas de ensino superior do Estado, como UNIVALI, UNISUL

e UNIVILLE, contam com estruturas de atenção à saúde ocupacional e segurança do trabalho desde o final da década de 1990, segundo relatório da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP).

Passados 17 anos sem uma CIPA, e com apenas um técnico de segurança do trabalho no quadro de funcionários (atendendo basicamente às demandas do DAC), a FURB registrou em 2011 um total de 66 servidores afastados do trabalho e recebendo auxílio-doença – algo em torno de 5% do total de trabalhadores da instituição. Tal índice, segundo a assistente social do DGDP, Marilúcia Matteia – cuja função é averiguar, fiscalizar e cobrar ações para diminuir o risco de acidentes e doenças no ambiente de trabalho, o SESMT é formado por profissionais contratados para executar ações preventivas, registrar ocorrências e colaborar, com seus conhecimentos específicos, na instalação de novos espaços.

Universidade registrou em 2011 um total de 66 servidores afastados do trabalho e recebendo auxílio-doença

As doenças que lideraram as estatísticas da universidade ano passado são transtornos mentais e comportamentais (16 afastamentos, 24% do total) e doenças osteo-musculares – geralmente associadas à lesões por esforço repetitivo, as LER/DORT –, que afastaram 14 servidores em 2011 (21% do total), seguindo tendência comum entre trabalhadores da Edu-

cação no país. A FURB ainda teve em 2011 cinco acidentes de trabalho que resultaram em servidores afastados.

INSALUBRIDADE

Há, na FURB, um número considerável de servidores que recebem – ou deveriam receber – um valor adicional no salário por insalubridade, por trabalharem expostos a riscos biológicos, químicos ou físicos. Há muitas atividades dentro da universidade em que servidores trabalham expostos a estes riscos, podendo comprometer sua saúde e integridade física, principalmente na área da Saúde, Veterinária (como exposição à vírus e doenças), Biologia, Química e algumas Engenharias. Mas é comum que alguns trabalhadores preferiram continuar recebendo este dinheiro a mais do que remediar o ambiente de trabalho e perder o “benefício”, contrariando o sábio ditado “saúde em primeiro lugar”, tão mais convincente em épocas passadas. Revela-se, aqui, uma necessidade de mudança cultural, como aponta o estudo do DGDP para implantação da CIPA e do SESMT.

A FURB ainda vive outra série de situações complicadas e que precisam ser corrigidas, entre elas: falta de critério e controle na aquisição e uso de equipamentos de proteção individual; ausência de exames médicos admissional, demissional, periódico e de retorno ao trabalho após afastamento prolongado; falta de controle na entrada de terceiros para realizar

serviços dentro da universidade. Ao não atender totalmente à legislação já estabelecida dentro da iniciativa privada, a FURB acaba deixando de fechar contratos de serviços e parcerias. Nestes casos, há desperdício de verba, criação de um passivo trabalhista e perda de oportunidades. Por consequência, é preciso ver na CIPA e no SESMT – que deve gerar um custo aproximado de R\$ 10 mil por mês para a FURB após a implantação do serviço – um investimento, e não um gasto. Para os trabalhadores da FURB, transformar em realidade esta demanda de longa data representa um grande avanço em qualidade de vida.



Primeiro laudo de insalubridade foi para o IPT

O primeiro laudo técnico que revelava certas condições de trabalho dentro da FURB, segundo estudo fornecido pela DGDP, foi elaborado em 1987 pela Sub-Delegacia do Trabalho de Blumenau. O documento formalizou o pagamento de adicional de insalubridade aos servidores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) expostos a agentes nocivos no setor. Sete anos depois, foi a vez de trabalhadores da Biblioteca, Encadernação, Reprografia e Tipografia, terem suas condições de trabalho avaliadas pelo próprio IPT. Apenas em 2002, seguindo exigência do SINSEPE, o Dr. Carlos Antônio Lino avaliou todos os setores da FURB expostos a ris-

cos físicos, químicos e biológicos, lavrando um laudo sobre as condições de exposição dos servidores técnico-administrativos.

Em 2007, durante a gestão de Eduardo Deschamps, a Servimed venceu uma licitação para elaborar três documentos: o *Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho*, o *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais* e o *Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional*. Após duas avaliações anuais em 2010, a empresa solicitou reajuste superior a 100% do valor contratado. Sem acordo entre as partes, o contrato foi rompido. Questionados pelo atual reitor, João Natel, es-

tes documentos devem ser refeitos pelo SESMT a ser constituído dentro da instituição. A princípio, segundo a legislação pertinente, a equipe técnica desse serviço será composta de, no mínimo, um médico do trabalho, um técnico em enfermagem do trabalho, um técnico em segurança do trabalho e um engenheiro de segurança do trabalho. Com exceção do cargo de técnico de segurança, os demais cargos deverão ser criados no Quadro de Servidores da FURB. Assim, inicialmente esses servidores deverão ser contratados, até que se faça concurso para os cargos.

Desde 2009, há uma parceria técnica e financeira entre FURB e ISS-

BLU, que disponibiliza um professor do curso de Medicina por 20 horas semanais para a realização de inspeções médicas, necessárias em casos de afastamento de servidores para tratamento de saúde superior a três dias, licença por motivo de doença em pessoa da família, auxílio-maternidade ou posse de cargo público, por exemplo.

Cipa

• Criada a partir do aumento dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho nos países industrializados, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes está regulamentada no Brasil pela CLT, nos artigos 162 a 165, e pela Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5), de 1978

• A Cipa da Furb será composta por 14 membros. Serão 8 titulares e 6 suplentes, metade eleita por voto secreto, por um mínimo de 50% do total de servidores

• O mandato é de um ano. É permitida uma reeleição

• Os cipeiros fazem reuniões mensais, durante o expediente. As atas dessas reuniões são documento importante para registrar situações de risco e adoecimento no ambiente de trabalho, e são usados na decisão de processos trabalhistas.

• O primeiro objetivo de uma Cipa é desenvolver um mapa de risco, envolvendo o maior número possível de trabalhadores neste processo

• Ao longo do mandato, os cipeiros são os fiscalizadores do ambiente e das condições de trabalho. Devem estar atentos a riscos e problemas que venham a afetar a saúde dos colegas de trabalho

• A Cipa é responsável por, anualmente, promover a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat)

Sesmt

• A unidade de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho se tornou obrigatória para empresas privadas e públicas através da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4)

• Na Furb, o Parecer Jurídico nº 055/2007, emitido pela Procuradoria Geral da Furb, é favorável ao atendimento de todas as NR estabelecidas pelo Ministério do Trabalho

• A Sesmt da Furb deve ser formada por um médico do trabalho e um engenheiro em segurança do trabalho (ambos com 15 horas semanais), além de dois técnicos com carga integral (40 horas semanais): um de segurança do trabalho e outro de enfermagem do trabalho

Afastamentos na Furb (2011)

Transtornos Mentais e Comportamentais	16
Doenças do Sistema Osteomuscular músculos e ossos	14
Lesões, envenenamentos e outras causas externas	6
Neoplasias (tumores) malignas	5
Doenças Inflamatórias do Sistema Nervoso Central	4
Doenças do aparelho digestivo	3
Doenças do aparelho circulatório	3
Doenças do Aparelho Geniturinário	2
Gravidez, Parto e Puerpério	2
Doenças do olho e anexos	2
Convalescença após cirurgia	2
Doenças do Aparelho Respiratório	1
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1
Acidente de trabalho	5

TOTAL 66

Segurança e saúde no trabalho ganham política nacional

Por **MARCOS CARVALHO**, engenheiro civil e de segurança no trabalho, Mestre em Engenharia Ambiental <marcoscarvalho@furb.br>

A segurança e saúde no trabalho, prevista no texto original da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, foi durante muitas décadas uma ação exclusiva do Ministério do Trabalho – hoje, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Quando, no decorrer da reforma sanitária implementada pelo Ministério da Saúde (MS), a partir da Constituição de 1988, a Saúde do Trabalhador passou a fazer parte das discussões do Sistema Único de Saúde (SUS), houve um 'enfrentamento' sobre quem teria competência para fiscalizar ambientes de trabalho e legislar sobre o assunto. Era sintomático o fato de que, se um documento tratasse de 'Segurança e saúde', ficava entendido que havia sido exarado no MTE; já quando se referia à 'Saúde e segurança', a lavra era do MS.

Trata-se de um passo importante para a verdadeira integração das políticas relativas à Saúde do Trabalhador para qualquer trabalhador, independente do vínculo empregatício, e também, sem dúvida, uma forte ferramenta para quem milita nesta área

O embate sobre competências passou a ser um aspecto, mas a legislação que procura regular os ambientes de trabalho são as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, que determinam expressamente que "1.1. As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT."

"Que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho": eis aqui uma questão maior. As NRs eram obrigatórias, mas para quem tivesse vínculo empregatício regido pela CLT. Quem estivesse em outro regime, que não o celetista, estava fora do abrigo das NRs. Um típico caso de 'faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço' por parte da administração pública em geral, já que servidor público é estatutário, e não celetista.

Finalmente, parece, procura-se corrigir estas questões com o advento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída em novembro do ano passado pelo Decreto nº 7.602. A seguir apresentamos parte do texto:

"[...] OBJETIVO E PRINCÍPIOS

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao tra-

balho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;

II - A PNSST tem por princípios: a) universalidade; b) prevenção; c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; d) diálogo social; e) integralidade;

III - Para o alcance de seu objetivo a PNSST deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores;

DIRETRIZES

IV - As ações no âmbito da PNSST devem constar do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e desenvolver-se de acordo com as seguintes diretrizes:

a) inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde; b) harmonização da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador; c) adoção de medidas especiais para atividades laborais de alto risco; d) estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador; e) promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho; f) reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o estímulo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores; e g) promoção de agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho;

RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA PNSST

V - São responsáveis pela implementação e execução da PNSST os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, sem prejuízo da participação de outros órgãos e instituições que atuem na área; [...]."

Trata-se de um passo importante para a verdadeira integração das políticas relativas à Saúde do Trabalhador para qualquer trabalhador, independente do vínculo empregatício, e também, sem dúvida, uma forte ferramenta para quem milita nesta área e enfrenta enormes dificuldades em implantar programas de segurança e saúde (ou seria de saúde e segurança?).

Sabemos que tanto segurança quanto saúde são áreas em que, por mais que se faça, sempre é pouco, mas também sabemos que isso é um processo contínuo e que, neste caso, temos que comemorar, finalmente, a adoção de uma Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Que seja elaborada e implementada de forma a respeitar todo e qualquer trabalhador, para que retorne 'são e salvo' para o reduto do seu lar, após uma jornada de trabalho em que os riscos à segurança e os agravos à saúde não devem ser companheiros de trabalho. Temos muito o que avançar ainda, mas já é um bom começo.

Porto Príncipe, Haiti, 28 de janeiro de 2012

Critérios técnicos contra a democracia

Exclusão de mais da metade dos candidatos a membros de Conselhos Tutelares em Blumenau reduz representação popular do órgão, contrariando ideais do Estatuto da Criança e do Adolescente

POR JOSUÉ DE SOUZA, professor de Sociologia e aluno do Mestrado em Desenvolvimento Regional da FURB <josuedesouza1@yahoo.com.br>



Max Beckmann - Winter Paiting (1930)

A cidade de Blumenau foi uma das pioneiras na implantação de uma lei municipal de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Segundo estudos de Marilúcia Mattedi e Roberto Diniz Saut, este pioneirismo foi uma reação a uma reportagem do *Jornal de Santa Catarina*, publicada no dia 27 de novembro de 1990, denunciando que “em Blumenau o Estatuto não tinha saído do papel”. Após a reportagem, o tema da implantação da Doutrina de Proteção Integral passou a ser pauta em programas de debates nas rádios e jornais locais. No ano seguinte, a sociedade civil organizada envolveu o poder público em um movimento para a concretização do ECA na cidade.

Foi então que surgiu a Comissão Provisória para a implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Composta por 40 sujeitos (pessoas e instituições), a comissão debateu e elaborou propostas durante aproximadamente um ano, à luz do Estatuto, para o Executivo, que encaminhou integralmente as propostas, na forma de um projeto de lei à Câmara de Vereadores (Lei Complementar nº 18).

Para Mattedi, a implantação do Estatuto em Blumenau só foi possível porque, naquele momento, as entidades governamentais e não-governamentais foram levadas a vivenciar em suas entidades o comprometimento não somente com o projeto de lei, mas com a causa da criança e do adolescente.

A criação de mecanismos na busca da seleção de conselheiros resulta em uma entidade despotencializada de suas funções, afastada da sociedade civil e sem legitimidade perante a população

FUNÇÃO POLÍTICA

Entretanto, o município que já foi exemplo no Brasil e no mundo assiste ao desmanche de qualquer possibilidade de democracia e participação popular na construção e controle da política da infância na cidade. Os

processos de escolhas para os Conselhos Tutelares têm sido um exemplo disto.

Primeiro é preciso compreender que, diferentemente do que está posto no censo comum, o Conselho Tutelar não é um órgão técnico, mas político. Ele é a presença da sociedade civil no sistema de garantias, como um órgão de gestão popular e democrática com cinco integrantes que, pela lógica dos direitos, recebe da sociedade (crianças, adolescentes, famílias, comunidades) notícias de violação dos direitos e, a partir do colegiado, delibera pelo melhor encaminhamento possível, responsabilizando e comprometendo aos que devem responder pelo ressarcimento do direito ameaçado (Saut, 2008).

Desta forma, a partir da perspectiva da democracia deliberativa, o Conselho Tutelar foi pensado na pedagogia da Doutrina da Proteção Integral, em contraponto à Doutrina de Situação Irregular, que, por sua vez, era regida pela centralização das decisões e pela tecnocracia. Apresenta-se como a presença da sociedade civil dentro do Estado, buscando um autogoverno da comunidade sobre as questões da infância. É uma tentativa de democratização das relações no interior do Estado.

EXCLUSÃO TÉCNICA

O processo de escolha dos Conselhos Tutelares de Blumenau fez ressurgir um debate sobre a forma ideal de escolha dos integrantes do Conselho Tutelar e qual a formação necessária para exercer esta função. O referido debate é presente na política da infância desde a promulgação do ECA, sendo que foi motivo de polêmica também desde os primórdios da implantação de uma lei municipal, e também sempre que se realiza eleição para conselheiro tutelar na cidade.

Esta escolha da cidade de Blumenau que, repito, é uma opção municipal e que, por sua vez, não é prevista na legislação nacional, tem produzido verdadeiras aberrações nos processos de escolha para integrantes do órgão. A última e mais gritante é a exclusão sumária de 21 dos 39 candidatos do processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares de Blumenau – Conselho Tutelar II (Garcia), gestão 2012/2015; e Conselho Tutelar I (Centro), gestão 2013/2016 do Edital nº 001/2011. Ou seja, a prova “técnica” já escolheu os novos conselheiros tutelares de Blumenau, reduzindo a zero a possibilidade de participação popular, restando à eleição apenas a escolha de quem será o titular ou suplente da função.

Mais uma vez a atual opção por

critérios técnicos em detrimento de critérios políticos para a escolha dos Conselhos Tutelares (provas de conhecimento) tem sido transformado em mecanismo de escolhas dos seus membros, além de condenar este órgão a ter um perfil técnico-autoritário que nem de longe possibilita qualquer forma de participação popular.

FORMAÇÃO IDEAL

Alessandra Gomes Mendes e Maurílio Castro de Matos (2004), ao discutir sobre a atuação dos conselheiros tutelares na atualidade, apontam para a polêmica em torno da formação dos conselheiros e seus critérios técnicos e políticos. Para as autoras, o conselheiro deve ser representante da/na comunidade em que vive, sendo reconhecido o trabalho que desenvolve: “Reconhecemos que equívocos são cometidos cotidianamente pelos conselheiros, mas consideramos que a alternativa para a prevenção desses atropelos é viabilizar a capacitação continuada e a assessoria técnica”. No livro *Uma agenda para os Conselhos Tutelares: Política Social, família e juventude: Uma questão de direitos*, os dois ainda chamam a atenção de que a garantia de uma atuação democrática e a promoção de justiça social não depende de conhecimento técnico, mas sim, de um compromisso ético e ideológico com a causa da infância.

Fica claro assim, que a criação de mecanismos na busca da seleção de candidatos qualificados para o exercício da função transformar-se em uma prática limitante da democracia. O resultado destes mecanismos de escolha é a atual realidade que se encontram os Conselhos Tutelares em Blumenau, despotencializado de suas funções, afastado da sociedade civil e sem legitimidade perante a população, deixando de ser um órgão representante da sociedade civil e tornando-se um órgão do próprio Estado, assumindo o caráter sempre transitório dos eventuais governos e seus interesses, e com posturas cada vez mais policialescas, autoritárias e repressivas.

Bibliografia

SAUT, Roberto Diniz. *O novo direito da criança e do adolescente: uma abordagem possível*. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2005

MATTEDI, Marilúcia. *A criança e o adolescente nas políticas e práticas públicas de Blumenau: de marginal a sujeito*. 1998. 164 f. (Dissertação de Mestrado em Educação) FURB, 2008

MENDES, Alessandra Gomes, e MATOS, Maurílio Castro de. *Uma agenda para os Conselhos Tutelares: Política Social, família e juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo, Cortez, 2004.

Incorporação ou apropriação da FURB?

POR JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA E CLÓVIS REIS, professores da FURB e membros do Comitê Pró-Federalização <furbfederal@furb.br>

A proposta acadêmica de implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina no município de Blumenau, apresentada à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, em 22 de dezembro de 2011, pelos reitores Álvaro Prata (UFSC) e João Natel (FURB), requer um amplo debate com as comunidades regional e universitária. A incorporação integral da Universidade Regional de Blumenau depende da institucionalização dos anseios destas comunidades, a fim de que o processo contemple os pressupostos que deram origem ao pleito da federalização da FURB.

No intuito de fomentar a discussão, o Comitê Pró-Federalização da FURB apresenta a seguir algumas considerações quanto: 1) às lacunas do documento, à luz da trajetória histórica do movimento em defesa da instalação da Universidade Federal do Vale do Itajaí; 2) às implicações da proposição em tela; 3) a uma proposta de ação para tentar preencher tais vazios e retomar a direção desejada à nossa demanda.

LACUNAS

No nosso entendimento, há necessidade de que o projeto original inclua diferentes âmbitos da nossa Instituição, a respeito dos quais não se faz menção. Dentre eles, destacamos: 1º) Inclusão das diversas áreas do conhecimento; 2º) Adição dos vários níveis de ensino; 3º) Inserção da pesquisa e da extensão; 4º) Incorporação do corpo discente; 5º) Cessão dos servidores; 6º) Definição sobre o destino do patrimônio físico.

ÁREAS DO CONHECIMENTO

A proposta inicial estabelece um cronograma de implantação gradual do campus que começa no segundo semestre de 2012 e vai até 2020. Neste período, prevê-se a criação de 6.300 vagas nos seguintes cursos de graduação:

– Etapa I, de 2012 a 2017: Licenciatura em Ciências (Física, Química e Biologia), Licenciatura em Informática, Licenciatura em Música, Engenharia de Processos (com três alternativas de diplomação), Design (Produto e Moda), totalizando 2.800 vagas.

– Etapa II, de 2014 a 2018: cursos a serem definidos com o Centro Socioeconômico da UFSC, totalizando 1.500 vagas.

– Etapa III, de 2016 a 2020: Direito e cursos a serem definidos na área da Saúde, totalizando 2 mil vagas.

Como se depreende, o projeto não contempla várias áreas do conhecimento e cursos já existentes na FURB. Os Centros de Educação, e de Humanas e da Comunicação são os menos abrangidos pela proposta.

NÍVEIS DE ENSINO

Na sua versão atual, o projeto considera apenas alguns dos cursos de graduação da FURB, sem especificar o tratamento pretendido para os demais níveis de ensino, como o Médio e a Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu), fundamen-

tais para a caracterização de uma Universidade.

PESQUISA E EXTENSÃO

O documento em análise não menciona a Pesquisa e a Extensão, importantes dimensões da vida universitária.

CORPO DISCENTE

A incorporação dos estudantes da FURB no projeto de federalização constituiu um pilar da mobilização regional, desde o início do movimento. No plebiscito de maio de 2008, a comunidade do Vale do Itajaí manifestou apoio aos três pressupostos da consulta: inclusão dos estudantes, cessão dos servidores e transferência do patrimônio físico. A eventual exclusão deste segmento universitário esvaziava um propósito fulcral do projeto. Contudo, a proposta entregue ao MEC não menciona a inclusão dos estudantes da FURB no processo de instalação do campus da UFSC.

SERVIDORES

Do mesmo modo, a cessão dos servidores da Instituição não figura no texto do presente projeto. Tal omissão gera dúvidas e apreensões por parte dos trabalhadores e frustra os anseios de incorporação de uma instituição municipal em outra, de caráter federal. A exemplo do mencionado relativamente aos estudantes, no plebiscito de 2008, a comunidade também manifestou o desejo de contar com os atuais servidores da FURB na concretização do projeto da Universidade Federal do Vale do Itajaí.

PATRIMÔNIO FÍSICO

O item do projeto destinado às necessidades de recursos para instalação do campus da UFSC em Blumenau² é ilustrativo das intenções subjacentes à proposta. Eis a transcrição de uma passagem:

“É necessário registrar que, durante o período de elaboração da proposta acadêmica do Campus da UFSC – Blumenau, foi considerado fundamental que a FURB tenha plenas condições de manter suas atividades acadêmicas e administrativas durante todo o período de consolidação do novo campus. Portanto, é essencial efetivar uma plena otimização de sua infra-estrutura para que a UFSC e a FURB convivam em seus espaços de forma bastante harmoniosa, sem prejuízo ou comprometimento de suas atividades. O espaço físico estará garantido para os primeiros semestres letivos, conforme contatos iniciais com a FURB. Contudo, a escolha de terreno para edificações futuras ainda precisa ser definido junto à Prefeitura de Blumenau e a FURB”.

O texto expressa uma concepção de coexistência de duas instituições, sem clarificar os termos desta convivência, nem o seu resultado final. O que, sim, está explícito é a garantia de uso do espaço físico da FURB para a oferta dos primeiros cursos da UFSC em Blumenau, deixando em suspenso a forma de expansão futura do seu campus.

IMPLICAÇÕES

As lacunas anteriormente expostas, uma vez não colmatadas, implicam uma série de fragilidades. A mais evidente é o risco de que a região perca a sua Universidade, historicamente construída. O que está para vir não será uma universidade e o que restará da FURB também não mais será uma universidade, entendida aqui como uma instituição que compreende todo o espectro do conhecimento, com ensino, pesquisa e extensão, nos níveis de graduação e de pós-graduação.

A proposta original do nosso movimento busca a instalação, a partir da FURB, de uma terceira universidade federal em Santa Catarina. A parceria com a UFSC mostra-se alternativa para que se alcançasse o objetivo pretendido e, portanto, saudamo-la. Nesta perspectiva, a incorporação seria a primeira etapa de um processo que culminaria com a posterior instalação de uma unidade autônoma, consolidando o processo de federalização da nossa Universidade. O projeto em análise, entretanto, não incorpora nem federaliza, restringindo-se à apropriação parcial do rol de cursos de graduação oferecidos na FURB. Não se pronuncia sobre o destino dos estudantes e dos servidores da Instituição, sobre os programas de pós-graduação e sobre as áreas do conhecimento excluídas da proposição. Mesmo no caso do patrimônio físico, o anunciado uso temporário lembra o modelo de expansão que a UFSC adotou em outros municípios, notadamente no caso de Joinville.

Ademais, o documento em tela cria um cenário que prenuncia conflitos, por um lado, de ordem administrativo-financeira e de estatuto dos estudantes, ao propor a coexistência de um mesmo curso de graduação em diferentes modalidades de contratação e de financiamento; por outro, de enquadramento em regime(s) de trabalho dos servidores que atuarão em instituição híbrida.

O quadro exposto reitera a necessidade de um estudo que dê segurança jurídica ao processo de negociação com o governo federal, de modo a que a incorporação (federalização) resguarde os direitos da comunidade universitária e respeite a história da FURB na oferta de Educação Superior no Vale do Itajaí.

A propósito, indicamos a seguir uma série de ações que consideramos essenciais ao avanço do diálogo com as instâncias decisórias ou relevantes para a consecução desta importante reivindicação cidadã.

PROPOSIÇÕES PARA A AÇÃO

Apesar das fragilidades, entendemos que a presente proposta é válida, pois tem o mérito de colocar a questão em patamar oficial e de estimular a discussão entre todos os interessados. Para aperfeiçoá-la, necessitamos, por um lado, impulsionar o esclarecimento e ampliar a mobilização da cidadania, valorizando as entidades estudantis, trabalhistas, empresariais, bem como os clubes de serviço, as associações de moradores, etc. dispostas a somar es-

forços pela causa de Educação Superior gratuita e de qualidade. Intensificar os contatos com as autoridades municipais, estaduais e federais, fomentando negociações entre estas instâncias do Estado brasileiro, sob o princípio federativo, que é o constituinte da República, por outro lado, é condição sine qua non para atingirmos nosso desígnio.

Por conseguinte, e neste sentido, durante o planejamento estratégico do Comitê Pró-Federalização da FURB, discutiremos iniciativas visando:

- ao esclarecimento e à mobilização das comunidades universitária e regional;
- ao maior protagonismo do Conselho Universitário da FURB;
- ao estabelecimento de relação direta entre os Conselhos Universitários da FURB e da UFSC;
- à contratação do estudo jurídico, por meio das verbas disponíveis das emendas parlamentares, no intuito de fundamentar os direitos e defender os interesses da FURB, dos seus estudantes, dos seus servidores, do seu patrimônio físico, bem como do município de Blumenau, na negociação com os poderes federais: Legislativo e Executivo;
- à maior aproximação com os poderes Legislativo e Executivo do município de Blumenau, para a defesa de teses comuns;
- ao incremento dos contatos com o Fórum Parlamentar Catarinense;
- ao agendamento de audiência com o secretário estadual de Educação;
- ao relançamento do diálogo com as novas autoridades do Ministério da Educação, bem como com os outros ministérios pertinentes e com a Presidência da República;
- à manutenção do fluxo de informação com os órgãos de comunicação social.

Este esforço pretende contribuir para a realização de uma necessária concertação política entre todos os segmentos e personalidades envolvidas na histórica construção da nossa universidade federal. Através da FURB, com apoio da UFSC, e o aval de ambos, sociedade civil e Estado brasileiro, construiremos aquela que será de todos: a Universidade Federal do Itajaí.

Notas

¹Visita ao MEC: <http://www.furb.br/novo/index.php?option=noticia&task=detalhe&categoria=&id=1300&Itemid=79>

²Proposta acadêmica da implantação de um Campus da UFSC em Blumenau. Florianópolis, novembro de 2011, p. 13 e 14.

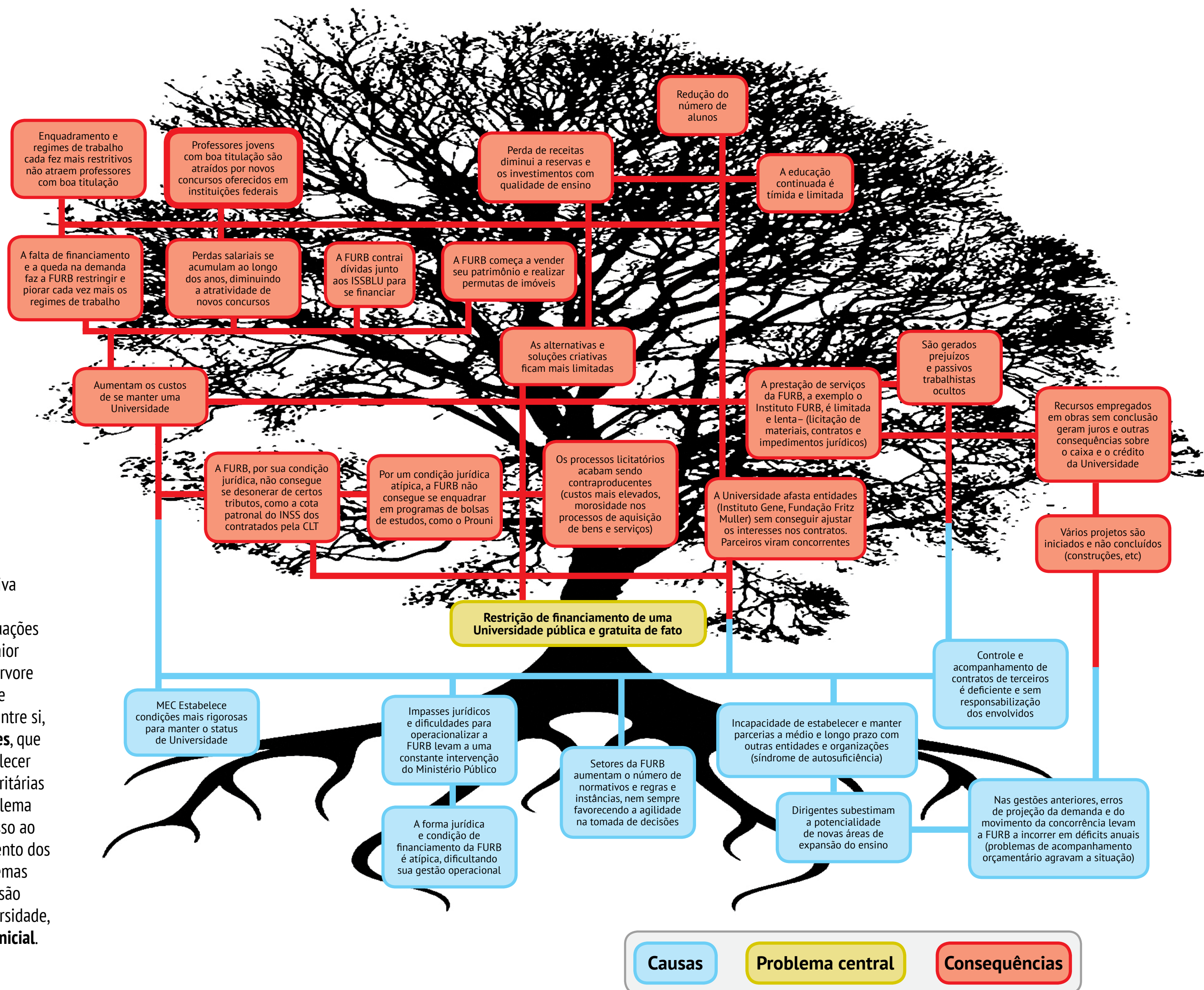
Plenária do Comitê Pró-Federalização da FURB para o seu Planejamento Estratégico

Dia 2 de março, sexta-feira
Auditório da Biblioteca da FURB
Campus I – das 16h às 18h

Uma **reflexão** sobre nossa universidade

A **árvore de problemas**

é uma técnica para visualizar e separar causas e consequências de problemas complexos. É utilizada tanto para criar uma imagem situacional para a elaboração de projetos quanto na formulação de um planejamento estratégico. O objetivo é separar e identificar um **problema central**, alimentado por determinadas **causas (raízes)** que resultam em **consequências (galhos)** de uma árvore. A FURB possui vantagens competitivas: pontos fortes, como qualidade de ensino, laboratórios, pesquisa e extensão, um histórico de inovação, de alunos formados e de serviços prestados à comunidade regional, o que dá identidade a uma marca estabelecida: FURB. Mas como toda vantagem competitiva de determinados aspectos deve ser mantida a médio e longo prazo, situações diversas podem levar a um risco maior de enfraquecimento no futuro. Da árvore de problemas e de como as causas e consequências estão relacionadas entre si, é construída uma **árvore de soluções**, que irá, de acordo com a técnica, estabelecer um plano de objetivos e metas prioritárias que minimizam ou resolvem o problema central. Portanto o diagrama expresso ao lado é um exercício de posicionamento dos pontos que encaramos como problemas e que não pretende ser uma expressão definitiva do quadro geral da Universidade, mas sim um **exercício de reflexão inicial**.



Em Pinheirinho, o lucro acima da vida

Expulsão de 1,7 mil famílias de área em São Paulo escancara, uma vez mais, a união entre governo e especuladores

POR MAGALI MOSER, jornalista <magamoser@hotmail.com>

Com o entusiasmo de uma menina, Conceição de Oliveira protestava sob o sol escaldante: “o povo unido jamais será vencido”. O grito da mulher de 53 anos vinda de Minas Gerais na infância para São Paulo em busca de uma vida melhor juntava-se à multidão de quase 6 mil pessoas que percorreu as ruas de São José dos Campos (SP) em 2 de fevereiro, durante passeata nacional em apoio aos moradores de Pinheirinho. Conceição lembra com terror da madrugada de 22 de janeiro, quando tratores derrubaram a casa construída com sacrifício pela catadora de lixo. Temeu que a queda das paredes atingissem o próprio corpo. Mas não é a perda do patrimônio material que a leva às lágrimas: ela se comove ao falar do vizinho cujo desaparecimento segue sem solução. Desde o dia da invasão da polícia não há notícias do aposentado. A solidariedade que sobra a Conceição torna as ações da polícia, da Justiça e dos governos Geraldo Alckmin e Eduardo Cury (ambos do PSDB) ainda mais covardes: escancara a discrepância entre “o ato de se preocupar com o outro” e a postura de quem é incapaz de se sensibilizar com o próximo e perdeu as noções de humanidade em nome de interesses econômicos.

As 1,7 mil famílias (cerca de 9 mil pessoas) foram expulsas de suas casas de forma brutal e truculenta. Não tiveram tempo de nada. Tentaram resistir com tambores de plástico e bastões de madeira. Mas foi uma disputa desleal. Com helicópteros, cavalaria, tropa de choque, gás lacrimogêneo e armas de borracha e de fogo, policiais espalharam medo e tensão. Em defesa do poder econômico, a ação defendeu a propriedade privada do

megaespeculador Naji Nahas, dono do terreno. Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção, Nahas é acusado de quebrar a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989, entre outros golpes milionários. Chegou a ser preso em 2008 junto com o banqueiro Daniel Dantas e o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Mas a Justiça preferiu agir contra as famílias de Pinheirinho. A juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Mathey Loureiro, proferiu a sentença de reintegração de posse, contrariando liminar da Justiça Federal que suspendia a

Localizado em uma região nobre de São José dos Campos, o terreno funcionava como bairro, com casas de alvenaria, pontos de comércio e até área de lazer para as crianças. Só restaram escombros

invasão policial. Junto com o evidente interesse econômico naquela área, as decisões que culminaram na chacina lembram o que ocorreu na Alemanha, com o Terceiro Reich. Propunha-se uma “faxina social” cujo único objetivo era a extinção dos pobres. “O que houve em Pinheirinho foi um estupro social” define o coordenador geral do movimento, Valdir Martins, o Marrom.

A marcha nacional buscou sensibilizar o governo federal para desapropriar o terreno e garantir o direito de moradia às famílias. O grande número de mulheres carregando crianças no colo, algumas recém-nascidas,

chamou a atenção e derrubou a ideia veiculada por muitos jornais, que trataram os moradores como “criminosos” e “bandidos”.

“Quando entramos no Pinheirinho era tudo matagal. Agora nossa casa *tava* pronta. Não sobrou nada. Mataram até os gatos. Foi terrível. Não consegui nem tirar o leite da pequena”, diz Moacir de Paiva Rosa, 62 anos, que fez todo o percurso da passeata com a filha de cinco anos no colo.

Acompanhado da mulher e dos dois filhos, o mais novo com um mês e 15 dias nos braços, o caminhoneiro Reginaldo Santos Miguel, 34 anos, relembra o massacre aos direitos humanos: “Saímos de lá à base de bala. Fomos tratados como bichos. Não acredito em mais nada. Só em Deus.”

Militantes, estudantes, movimentos sociais, lideranças da esquerda de todo o país juntaram forças em solidariedade às famílias. O Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região organizou um ônibus com 39 pessoas do Vale do Itajaí, Florianópolis e Curitiba. Levaram mantimentos e solidariedade. Em comum, um objetivo: denunciar para o mundo como os pobres são tratados no país. Afinal, o que ocorreu em Pinheirinho não foi um ato isolado apenas contra aquelas famílias, mas uma afronta a todos os trabalhadores e aqueles que não compactuam com injustiças sociais. Em São José dos Campos, os relatos e depoimentos de moradores despejados reforçam a indignação e revolta:

“Quando a polícia chegou, sitiou todo o local e começou a tortura. Aquele que não sofreu tortura física foi vítima de tortura psicológica. O massacre foi total. Uma covardia”, lembra o morador Sérgio Henrique

Pires. “Doeu muito voltar lá e ver tudo o que você construiu abaixo. Foi de cortar o coração”, relata o baiano, de Salvador, Arnaldo Goes Santana, de 63 anos, há seis anos no Pinheirinho.

“Meu barraco era pequeno, mas era meu. Meu pai não me deu estudo, nem meu nome eu sei escrever direito. Meu único sonho realizado era ter meu lugar. Meu sonho não é vir pra cidade grande. Quero um lugar pra plantar, como tinha minha horta em Pinheirinho”, conta Conceição.

Mãe de 14 filhos, Conceição morava sozinha no Pinheirinho. O cachorro Julin lhe fazia companhia. Não pôde levá-lo ao abrigo no Bairro Morumbi, onde reside ao calor e à falta de espaço com cerca de 350 pessoas. Faltam janelas. Os ventiladores não dão conta de refrescar o ambiente. Os colchões estão amontoados no chão do ginásio de esportes. Não há espaço para todas as famílias no ginásio. Algumas delas estão numa cancha de bocha, ao lado. “Falta água. Falta tudo. As pessoas estão amontoadas. Os abrigos mais parecem campos de concentração”, defende Marrom.

A área de 1,3 milhão de metros quadrados onde viviam as famílias lembra um cenário de guerra. O retrato é de destruição total. Localizado em uma região nobre de São José dos Campos, o terreno funcionava como bairro, com casas de alvenaria, pontos de comércio e até área de lazer para as crianças. Só restaram escombros. Pedacos de eletrodomésticos, ursos de pelúcia, brinquedos, panelas e móveis inteiros destruídos provam que os moradores não tiveram tempo de recolher nada. Saíram com a roupa do corpo.

A indignação não basta. Solidarizar-se com os moradores não é suficiente. Há outros “Pinheirinhos” espalhados pelo Brasil, alvos da especulação imobiliária, da perversidade de um sistema político que coloca o lucro acima da vida humana. Que as vezes indignadas com o que houve em Pinheirinho não silenciem com o passar do tempo. Que o grito de Dona Conceição, a moradora de Pinheirinho que não se cansava de bradar: “o povo unido jamais será vencido” sirva para despertar outras vozes e ações de resistência e coletividade.

Redes sociais e narcisismo

Narciso, que não sabia nadar e morreu afogado pela adoração de sua imagem, tampouco navegaria na Web. Lá, teria a beldade de outro rosto

POR SUSAN LIESENBERG, jornalista e mestrandia em Comunicação e Informação pela UFRGS <liesenbergs@gmail.com>



elas suas potencialidades e latências, que outra mais evidente característica as mídias sociais poderiam ter se não serem narcisistas? Colaborativas, pois incentivam à cultura participativa (num mundo de interesses individuais dominantes)? Igualitárias, porque dispensam pré-requisitos e vistos de entrada na portaria do clube das @s.com (mas onde só aos belos e populares são oferecidos os melhores lugares para sentar)? Nem juntas e multiplicadas as duas últimas reúnem força para vencer o império da exposição e a institucionalização da imagem como existência. O comportamento humano auto-centrado frente à Internet fundamentou a analogia ao narcisismo. E é exatamente por isto que Narciso deve estar se revirando na floricultura. Com inspiração no encantamento do jovem pelo seu reflexo sobre o espelho d'água, convencionou-se classificar como narcisista aquele que mergulha na tela e por si se apaixona, cultivando e vivendo de seu amor próprio. Mas Narciso, que não sabia nadar e morreu afogado pela adoração de sua imagem, tampouco navegaria na Web. Lá, teria a beldade de outro rosto, o que faz com que a metáfora à mitologia se desloque da doçura de sua lenda. Se ao menos

fôssemos o que parecemos para justificar a contemplação que nos embriaga...

Já que ditados populares refletem as manifestações culturais de seu tempo, o chavão *online* “ninguém é tão

Comentários, cliques, followers, “amigos”, “fãs”, retweets e repercussões fermentam o desejo de ver e de ser visto. O surto narcísico nos livra da frustração da realidade, porque nele concretizamos a fantasia que nos protege: somos homens e mulheres nota mil

Realizamos nas mídias sociais o sonho sonâmbulo do delírio iconofágico. Posamos os ângulos mais sedutores sem nos constrangermos pela mentira da felicidade sem fim que emolduramos nos álbuns. Me-

de ser visto. O surto narcísico nos livra da frustração da realidade, porque nele concretizamos a fantasia que nos protege: somos homens e mulheres nota mil. Em *pixels*, configuramos medidas e características perfeitas intangíveis fora da manipulação dos *bytes*. Nos refugiamos em uma realidade paralela cujos códigos computacionais alteram nosso DNA digital e nos fazem renascer como gostaríamos – o que nem silicone, próteses, injeções e *megahairs* conseguem com tanta precisão e em tão pouco tempo. Atualizamos a vida num segundo apagando qualquer marca do passado.

Estimulados pelos ícones exteriores, geramos uma cópia fiel dos desejos internos projetados no endeusar dos mitos. Não mais somos nós, como Narciso era para si, mas de que isso importa numa vida que se tornou a cena de um espetáculo? Se restar, qualquer semelhança com os personagens pode ser mera coincidência. O que importa nesta atuação, no final, são as palmas e as flores jogadas pelo público. Que sejam Narcisos, os únicos que ainda parecem ser de verdade, se não forem de plástico.

Comentários, cliques, *followers*, “amigos”, “fãs”, *retweets* e *repercussões* fermentam o desejo de ver e



A área onde viviam as famílias lembra um cenário de guerra. Após a expulsão, o bairro virou apenas uma pilha de escombros (Foto: Magali Moser)

A história entre ficções e memórias

Núcleo de Teatro Experimental, que movimentou a produção teatral da região nas décadas de 80 e 90, é retratado em livro de Édio Ranieri

POR GREGORY HAERTEL, escritor e psicólogo <gbhaertel@gmail.com>

FOTOS: WWW.NUTE.COM.BR



O trabalho que o Édio Ranieri tem feito em favor da história do teatro de Blumenau é precioso. Depois de um primeiro livro onde ele abordava o Grupo Viralata (*O Jardim das Ilusões*, de 2007), os olhos e a caneta do Édio se voltaram agora para o NuTE (Núcleo de Teatro Experimental), que movimentou a produção teatral da região nas décadas de 80 e 90, e que agregou artistas de Blumenau hoje conhecidos nacionalmente em suas áreas de atuação. O alicerce de ambos os livros é bastante parecido, com o autor não se contentando em “contar” a trajetória, mas desejando que o leitor mesmo “sinta” como seria participar de cada um destes grupos. Entrelaçando ficção e história permeadas por considerações filosóficas sustentadas por alguns de seus “heróis” (em especial Deleuze), os dois livros de Édio fogem do conceito de romance ou romance histórico. Tanto *O Jardim das Ilusões* quanto *NuTE: Cartografia de um Teatro* não transformam em ficção um fato histórico. Pelo contrário: o que Édio parece buscar é tornar reais para o leitor as dinâmicas interpessoais e criativas de cada um dos grupos pesquisados. Em *NuTE: Cartografia de um Te-*

atro, alguns artistas se reúnem para encenar a história do grupo. À medida que os capítulos passam, o leitor se depara não apenas com a história, mas principalmente com “como seria viver esta história”. Nos trabalhos do Édio, os desdobramentos realidade x ficção se cruzam ao infinito. Vários artistas que tiveram passagem marcante pelo NuTE se tornam per-

Realidade e ficção se cruzam e a função da ficção, neste caso, é tornar real para o leitor algo que estaria longe dele. NuTE: Cartografia de um Teatro, não se pretende uma obra apenas para o deleite intelectual. Não é uma enciclopédia. O livro abre o NuTE para que o leitor participe dele

sonagens do livro ficcional. Estes personagens, no entanto, não são apenas baseados nos artistas. Eles, por vezes, repetem frases que os artistas reais falaram ao Édio durante as entrevistas para a realização da obra. E eles comentam e interpretam fatos que realmente aconteceram ou que passaram a acontecer apenas no livro. Realidade e ficção se cruzam e a função da ficção, neste caso, é tor-

nar real para o leitor algo que estaria longe dele. *NuTE: Cartografia de um Teatro*, não se pretende uma obra apenas para o deleite intelectual. Não é uma enciclopédia. O livro abre o NuTE para que o leitor participe dele, das tensões do Núcleo, das tomadas de decisão muitas vezes difíceis, dos espetáculos que fogem de um padrão narrativo simplista.

Além dos desdobramentos realidade x ficção, o livro do Édio também anela expandir-se para fora da bidimensionalidade do papel. Como tudo o que é vivo (como o NuTE era – podemos ainda hoje observar toda a sua descendência), o que gerou o livro gerou também um site onde é possível para o leitor contribuir com mais informações (citado mais abaixo) e gerou o renasci-

mento (temporário?) dos famosos JOITE-TITAC (Jogos de Teatro, Texto, Interpretação e Técnica nas Artes Cênicas) Durante o processo de escrita do livro, o autor realizou, em Blumenau, um JOITE-TITAC cujo tema era o NuTE. Alguns autores escreveram textos ficcionais sobre o (ou a partir do) NuTE e dez textos foram escolhidos para que grupos da região os levassem ao palco. Os textos selecionados constam da edição do livro. Após o livro já estar pronto, foi realizado em Lages um outro JOITE, agora a partir dos textos do livro. Como pode ser notado, o objetivo do Édio nunca foi o de criar uma obra estéril...

A belíssima edição de *NuTE: Cartografia de um Teatro* teve projeto gráfico e editoração da Liquidificador Produtos Culturais, nas pessoas de Charles Steuck e Aline Assumpção. O livro, na verdade, são três e estão embalados em uma caixa. No livro propriamente dito (*NuTE: Cartografia de um Teatro*) ocorre a história citada anteriormente, com todos os seus desdobramentos. O segundo livro (*Livreto Espetacular*) é composto pelos depoimentos de 13 artistas que tiveram passagem pelo NuTE e que continuam produzindo atualmente. Estes artistas fo-

ram convidados a, cada um deles, escrever sobre uma das 12 montagens mais relevantes do NuTE. O prefácio do *Livreto Espetacular* ficou a cargo da jornalista e escritora (e também ex-participante do NuTE) Tânia Rodrigues. O terceiro livro (*Aperitivos Cênicos*) é composto por várias fichas e folhetos, com trechos da transcrição de entrevistas, cópias de revistas do grupo, trechos de notícias da época, etc..., que mostram o cuidadoso trabalho de coleta de materiais e depoimentos feito pelo Édio durante o processo da sua pesquisa.

Para qualquer pessoa que tenha se envolvido na produção de alguma das mais de uma centena de peças encenadas pelo grupo em suas quase duas décadas de existência, lembrar aquela época deve ser extremamente prazeroso. Para quem, como eu, não estava

Em uma atitude política corajosa e que vem a sintetizar sua postura, o autor afirmou que, por já ter sido remunerado pelas leis de incentivo através das quais o seu projeto se tornou possível, o livro seria distribuído gratuitamente

presente, conhecer melhor a trajetória daquele autodenominado núcleo e perceber ali, naquele grupo de pessoas, tantos artistas hoje reconhecidos começando a trilhar o seu caminho, é de grande importância. Confesso que, durante a leitura do livro, muitas vezes senti uma ponta de inveja por não ter tido a oportunidade de conviver e aprender com aquelas pessoas. Era muita gente talentosa e, mais do que isso, muita gente com assinatura própria no que concerne às características da sua arte, trabalhando junto. Por este grupo passaram (ou nele nasceram), entre outros (cito apenas aqueles cujos depoimentos estão contidos no *Livreto Espetacular*): Afonso Nilson, Alexandre Venera dos Santos (artífice de toda a maravilhosa loucura que foi o NuTE), Dennis Radünz, Giba de Oliveira, Iran da Silveira, Juliana Teodoro, Luciano Francisco Bugmann, Pépe Sedrez, Rosane Magaly Martins, Roberto Murphy, Tânia Rodrigues, Tchello de Barros e Wilfried Krambeck. Qual escola, grupo, ou até mesmo quais faculdades podem se orgulhar de ter gerado tantos frutos? Muito poucas, acredito. O NuTE pode.

Penso que é necessário escrever que eu tive o prazer de estar presente no dia do lançamen-

to do livro, no Grande Auditório do Teatro Carlos Gomes. E que eu tive o prazer de me emocionar com o discurso do Édio. Em uma atitude política corajosa e que vem a sintetizar a postura do autor, o mesmo afirmou que, por já ter sido remunerado pelas leis de incentivo através das quais o seu projeto se tornou possível, o livro não seria vendido e sim distribuído gratuitamente. A atitude contrária, ou seja, cobrar individualmente pela aquisição do livro, segundo o autor, consistiria em “dupla cobrança” e, portanto, seria eticamente irresponsável. Além disto, Édio também sugeriu que o livro fosse “baixado ou fotocopiado”, comentou sobre o site (www.nuteparatodos.wordpress.com) e o acervo virtual (www.nute.com.br) e estampou em seu livro, ao invés do tão famoso *copyright*, um irônico e subversivo *copyleft*. Aplaudi de pé.

Para finalizar, cito o professor José Ronaldo Faleiro que, no prefácio do livro, afirma: “Pujante, lúdica, com a oscilação característica da vitalidade, *NuTE: Cartografia de um Teatro*, de Édio Ranieri, dá esperanças de que a obra do Núcleo Experimental de Teatro de Blumenau, que teve mais de dezoito anos de atuação profícua, continue a insuflar vida em todos aqueles que amam o teatro e querem partilhá-lo com seriedade e prazer”.



CENAS DE “MORTE” DE COPI. PEÇA INTEGRANTE DO PROJETO



O MÉDICO À FORÇA DE MOLIÈRE

1977



diversas Sob a sombra da Tabacaria

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA

Tragédia grega

"O cerne do problema reside, primeiro, na anarquia e no mau funcionamento da Justiça, depois, na existência de um sistema de clientelismo baseado em favores políticos, na troca de favores, na corrupção e num aparelho burocrático monstruoso que serve apenas os seus próprios interesses". Aplicável ao Brasil, a texto do jornalista Kostas Karkagiannis, publicado no jornal belga De Morgen, descreve **a atual realidade política da Grécia**, país que ameaça a estabilidade de toda a Zona do Euro.

O governo grego acaba de anunciar mais uma pacote de bilhões de euros em empréstimos para sanar suas dívidas. Com 19% de desemprego (47,5% entre jovens com menos de 25 anos), a Grécia está pagando agora o preço da entrada fraudulenta do país à Zona do Euro, oficializada há 11 anos, e de uma série de erros na administração pública, e sua relação nem sempre clara com instituições financeiras nacionais e internacionais.

A conta maior vai para o povo: **cortes de 22% nos salários, redução de benefícios previdenciários, flexibilização das leis trabalhistas, demissão de cerca de 15 mil funcionários públicos, restrição de gastos na saúde pública**. Nas ruas, milhares de cidadãos gregos protestam diariamente. Há a preocupação de, com tantos cortes, a economia grega estagnar de vez. Enquanto famílias gregas sofrem, os juros vão continuar rolando, para alegria dos maiores bancos do planeta.

Contestado

A Guerra do Contestado, considerada a maior rebelião civil da história do Brasil, completou 100 anos de início neste ano. O jornal Estado de São Paulo publicou, inclusive na Internet, **uma grande reportagem sobre o fato, ainda tão desconhecido para tantos brasileiros**. O material foi produzido pelo repórter Leonencio Nossa e o repórter fotográfico Celso Júnior.

Para ler, acesse: topicos.estadao.com.br/contestado

LEO LAPS



Jurídico do Sinsepes obtém ganho de causa a servidores

Com assessoria da advogada do Sinsepes, Melânia Ruon, seis assistentes sociais da Furb conseguiram **reduzir sua carga horária semanal de 40 para 30 horas sem redução de salários**. A decisão ocorreu no início de fevereiro, na Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A universidade não vinha obedecendo a uma lei nacional de 2010 (12.317), que alterou a Lei Regulamentadora da profissão de Assistente Social.

Professores voltam a se mobilizar pela Lei do Piso

Depois de um 2011 marcado por greves em vários estados, professores e profissionais da Educação de todo o Brasil se preparam para nova mobilização. Segundo a Lei do Piso (11.378/08), prefeituras e estados terão de **reajustar os salários da categoria em 22,22%, elevando o piso, para carga horária de 40 horas semanais, de R\$ 1.187,00 para R\$ 1.451,00**. Entretanto, cerca de 700 prefeitos e 16 representantes de governos estaduais estiveram em Brasília no final de fevereiro para rechaçar o aumento. Querem que os reajustes, que visam a tão almejada valorização do professor brasileiro, sejam atrelados à inflação. O argumento é o bom e velho "falta verba".

Ano passado, durante a greve em Santa Catarina, duas denúncias demonstraram que o que falta à maioria dos governantes não é, necessariamente, dinheiro, mas competência – leia-se interesse – para gastá-lo melhor. Desvios no Fundeb para completar orçamentos do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas catarinenses e no próprio orçamento da Educação para cobrir a Previdência Social (R\$ 2,8 bilhões em oito anos) revelaram o descaso com o ensino público no Estado, mas ainda não foram resolvidos.

Os trabalhadores em Educação do país estão em estado de greve. A paralisação será nos dias 14, 15 e 16 de março. Em Santa Catarina, a categoria só para no dia 15, com uma assembleia estadual em Florianópolis. **Para participar, entre em contato com o Sinte/SC (Regional de Blumenau) pelo telefone 47 3322-3095.**

Aumento minguado

Sabe o argumento "se não está satisfeito, procure outro emprego", utilizado para esvaziar reivindicações salariais de tantas greves país afora? Um bom lugar para enunciá-lo, desde dezembro do ano passado, é na Câmara dos Vereadores de Blumenau. Na última sessão de 2011, todos os 15 edis concordaram em aumentar seus salários – a partir de 2013 – em nada menos que 35%, passando de R\$ 5,4 mil para R\$ 7,4 mil. O tamanho do reajuste e a forma como o mesmo foi aprovado, denunciada pelo Jornal de Santa Catarina como sigilosa, "sem transmissão da TV Legislativa e convocada sem aviso à população", levou um grupo a protestar, em silêncio, com faixas com a palavra "VERGONHA" durante a primeira sessão deste ano, na manhã do dia 2 de fevereiro.

Alguns vereadores, como Deusdith de Souza, afirmaram em discurso que o salário dos vereadores era minguado, pouco atraente. Norma Dickmann, empresária do ramo da construção civil, assim como Deusdith, **convidou quem acha o salário adequado para se candidatar nas eleições deste ano**. E, semanas depois, Vanderlei de Oliveira se arrependeu e propôs à Câmara a revogação do aumento, para discuti-lo de forma mais democrática. Poderia ser pior. **Em Campinas (SP), o aumento em dezembro foi de 126%, de R\$ 6,6 mil para R\$ 15 mil**. Poderia ser melhor: em 2004, a Câmara dos Vereadores da pequena Uraí, no Paraná, extinguiu os salários dos oito vereadores, gerando R\$ 600 mil de caixa para a prefeitura da cidade de 12 mil habitantes.

I
A memória é bailarina. Ora busca na trama, ora busca na rima, novelo e feno, agulha e linha.

II
A produção de esquecimento é proporcional à produção de memória. Nosso presente que o diga. Nunca antes lembramos tanto, nunca antes esquecemos tanto!

III
Despiu sua pele e, assim despido, músculos e sangue, pulsante e vivo, mergulhou no mundo para nunca mais ser visto.

IV
Ao ler sobre Antonin Artaud, ocorre-me: arte é emergência!

V
Todos queremos existir, mas existir me parece uma grande ficção.

VI
Vi nascer uma flor em meu pé direito, e esta flor impera rubra e voraz, destilando seu veneno em meu corpo. Não exala bons cheiros esta flor em meu pé direito, e as aves que atraí não são exatamente aquelas que polinizam jardins. Não, esta flor em meu pé direito é solitária, é maligna, e quer se espalhar por tudo que me constitui. Logo serei esta flor, depois não serei mais nada.

VII
Da vida dos outros apreendemos apenas cacós, fragmentos de verdades possíveis. Da nossa vida, juntamos fragmentos pálidos que colorimos com a memória.
(Depois de assistir à *Hiroshima, Mon Amour*, de Alain Resnais).

VIII
Fomos pássaros. A prova está nas asas que moram no interior do nosso peito e, atávicas, gritam pelo céu. E como dói quando estas tentam se abrir, procurando dizer-nos algo do tipo: "veja bem, tua civilização, com toda sua ciência e religião, te ensinou a rastejar, quando antes podias voar."

IX
Do que falam as lápides dos velhos cemitérios, aqueles, esquecidos em meio aos bosques, às margens de ancestrais ribeirão? Que segredos dormem guardados no silêncio dos seus corredores estreitos?

X
Porque cultivo este silêncio, não significa que perdi a palavra.

XI
Somos pequenas fagulhas, espalhadas pelo vento. Pequenas fagulhas que têm seu tempo de queimar, aquecer e brilhar. É impressionante como a música de Wim Mertens é capaz de nos dizer isto. Somos o vento em nossa pele, somos a luz que nossos olhos percebem, a canção do mar e os seixos sob nossos pés. Somos um sopro de fogo que voa, libertado da fogueira, para depois se apagar, misturado a um chão qualquer.

Leio nos jornais que a ciência acredita estar próxima de encontrar a "partícula de Deus". Demócrito já pensava o mesmo, ainda que a chamasse singelamente de átomo. Percebo que o tempo nos tornou mais pretensiosos, mas nada disso importa, em verdade. Importa mesmo aquele menino de quatro anos abrindo com suas pequenas



e ávidas mãos os olhos do pai morto no caixão. "Acorda pai" – diz o menino, e quem fica sem poder dizer nada somos nós diante do absurdo que é o imponderável.

Cultivamos memórias porque nos desejamos eternos. De alguma forma, a música de Wim Mertens que ouço agora, também me diz isto. Não necessariamente as palavras de "What you see is what you hear", mas tão simplesmente as mãos que dedilham poesia nas teclas de um piano, e as vibrações das cordas vocais de mulheres das quais desconheço nomes e histórias. Mas como se pode querer eterna uma fagulha? Há fogos que se demoram mais, que queimam mais, que reverberam seu calor em labaredas intensas e se espalham pela superfície árida. Ainda assim, perecem; assim como certamente perecerá a memória do fogo. Nossas cidades, tão apressadamente edificadas,

nossos templos, nossas certezas, nossa moral de formigas atarefadas... e a tal "partícula de Deus"!

Somos um sopro de fogo que voa, libertado da fogueira, para depois se apagar, misturado a um chão qualquer. Wim Mertens me diz isto, agora, tal qual me disse o gesto daquele menino de quatro anos ao tentar acordar seu pai morto. Há vento lá fora, e a janela está aberta...

XII

Um nome é sempre um monumento, e assim como a velha estátua do general em sua montaria, primeiro será rendido pela hera, depois lambido pelo vento e, por fim, esquecido no tempo. Ainda que repetido, este nome não designará mais o mesmo. Palavra sem eco ou mito melancólico, um nome é o mesmo que nada.



PROTESTO. Em vários dias de passeatas, jovens manifestantes questionaram o valor da tarifa em Blumenau (Fotos: Leo Laps)

Caro e ruim. Afinal, a concessão funciona?

Estudantes se mobilizam e param a cidade em protesto contra proposta do Consórcio Siga, que pedia 35% de reajuste na passagem para equilibrar suas finanças. Prefeitura concedeu 13% de aumento

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

Há dois anos sem elevar a tarifa de ônibus em Blumenau por decisões judiciais, o Consórcio Siga não se acanhou em solicitar ao prefeito João Paulo Kleinubing, no início de 2012, um reajuste de 35% no preço da passagem, que passaria assim R\$ 2,57 para R\$ 3,43). Tal proposta provocou reação imediata do movimento estudantil de Blumenau, que em fevereiro tomou por diversas vezes as ruas de Blumenau e parou o centro da cidade no final da tarde para chamar a atenção para um problema crucial: se o consórcio de empresas que rege o sistema de transporte coletivo na cidade precisa mesmo deste valor para equilibrar suas finanças – conforme o presidente do Siga, Humberto Sackl, costuma argumentar –, estaria então este modelo de concessão funcionando ou destinado a um colapso, quando o Siga não tiver mais como manter o sistema? O argumento, tão popular quanto controverso, de que em muitas situações é mais barato – e confortável – andar de carro/moto do que de ônibus em Blumenau, não seria um bizarro indicador de que algo precisa mudar com urgência na lógica do transporte coletivo?

Durante as passeatas, os estudantes sentaram ao longo de ruas como a Sete de Setembro, provocando engarrafamentos maiores do que aqueles aos quais o blumenauense já vem se acostumando. No final de cada ato, invadiram os terminais urbanos da PROEB (duas vezes) e da Fonte, paralisando a circulação de ônibus por cerca de meia hora. No terceiro protesto, aproveitaram para lavar, simbolicamente, a varanda da prefeitura.

O atraso da “vida alheia” provocou críticas às ações dos manifestantes. Mas é justamente por um cotidiano com menos engarrafamentos, com mais qualidade de vida, com mais direito a ir e vir, com menos individualismo, que a mobilidade urbana de Blumenau deve ser alvo de debates e, se necessário, mais protestos como estes.

Afinal, trata-se de um dos maiores desafios para o futuro da cidade. Com nossos índices de quase 1 carro

Se o Consórcio Siga atua no vermelho para fazer um serviço sem qualidade, não há algo errado na essência deste modelo, que opera há pouco mais de cinco anos na cidade?

para cada 2 habitantes, com apenas 20% da população usando o transporte coletivo no dia a dia (segundo dados de 2008, obtidos na página do SETERB na Internet) e com a ausência de ciclovias, estamos diante de algo que demanda mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Especialistas apontam um único caminho para as grandes cidades quando o assunto é mobilidade urbana: investir e incentivar o uso do transporte coletivo em detrimento ao individual. Mas como convencer as pessoas a migrar dos carros e motos para o transporte coletivo? A resposta inclui uma mudança radical de pensamento, co-

mum a tantos países que idolatram o estilo de vida pregado pelo capitalismo – como a ideia de *status quo* entre a posse de um automóvel (bem de vida) e o uso de transporte coletivo (pobre). Mas também demanda preços baixos aliados a uma alta confiabilidade do sistema.

A prefeitura demonstra boas intenções em inovações como os corredores de ônibus – que são uma forma de subsidiar, com dinheiro de impostos, o trabalho do consórcio de empresas – e as mudanças na cobrança e área de abrangência da Área Azul (uma forma muito utilizada pelo mundo afora para abrandar o uso do carro na cidade). Já o Siga parece propor, ano após ano, uma única solução para seus problemas: aumentar o preço da passagem. Os bodes expiatórios não costumam variar: um dia são os motoristas e cobradores que entraram em greve por melhores condições de trabalho, no outro são os estudantes que pagam meia passagem. Mas para conseguir aumentar a tarifa, o Siga conta com a caneta do prefeito, que este ano, aconselhado por consultoria de uma empresa de São Paulo, autorizou 13% de aumento, menos da metade solicitada pelo consórcio. Dia 28 de fevereiro, a passagem se eleva para R\$ 2,90. Vitória?

Nenhuma. Além de soar como algo combinado – o Siga pede absurdos R\$ 3,43, recebe R\$ 2,90 e todos ali saem “aliviados” –, o aumento de 33 centavos por passagem cedido por Kleinubing não será suficiente, de acordo com o estudo da empresa paulista, para recuperar o equilíbrio financeiro do consórcio, conforme o SETERB expôs em nota à imprensa no dia do anúncio oficial do aumento, 9

de fevereiro. Para tal, o usuário teria de desembolsar, no mínimo, R\$ 3,11 por viagem. Dessa forma, o consórcio ganhou de presente um argumento “imparcial” para manter ônibus sujos e lotados, poucas linhas, pontos de ônibus caindo aos pedaços, e por aí vai.

Segundo a prefeitura, Kleinubing decidiu pela tarifa em R\$ 2,90 por um cálculo de “modicidade” – qualidade de módico, modesto. Acima deste valor, a passagem se tornaria cara demais para o padrão salarial do blumenauense, especialmente o que necessita de transporte público. Assim, voltamos à pergunta: se o Consórcio Siga atua no vermelho para fazer um serviço considerado ruim e caro, não há algo errado na essência deste modelo, que opera há pouco mais de cinco anos na cidade? Há uma matemática no setor de transporte coletivo que afirma que, quantos mais passageiros, mais barata a passagem e mais lucrativo o negócio. Entre as sugestões do estudo da empresa paulista, encomendado pela prefeitura, está aumentar o número de usuários, elemento essencial para que empresários lucrem e usuários paguem um preço justo e atraente por um transporte coletivo digno, confortável, confiável. A pergunta que fica para reflexão é: o que o Siga vem fazendo para incentivar o aumento do número de usuários? No mundo da iniciativa privada, empresas inventam constantes soluções para atrair clientes – vide companhias de telefonia móvel, lojas de móveis e eletrodomésticos. No caso do Siga, entretanto, o monopólio do transporte acaba acomodando seus administradores em complexas planilhas de custos.